

ATA DA 31ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Local: Auditório da SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, localizado no SGAN 601, lote 1, edifício sede da CODEVASF, 4º andar, Brasília/DF.

Data: 01 de dezembro 2004.

Início: 9h.

Término: 13h.

PARTICIPANTES:

1.Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Elvinson Nunes Ramos (elvinsonramos@agricultura.gov.br)

2.Ministério da Ciência e Tecnologia: Sanderson Alberto Medeiros Leitão (samleitao@mct.gov.br)

3.Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: Demétrio Florentino de Toledo Filho (demetrio.filho@desenvolvimento.gov.br)

4.Ministério do Meio Ambiente – SRH: Guilherme Galvarros Bueno Lobo Ribeiro (guilherme.ribeiro@mma.gov.br)

5.Ministério do Meio Ambiente – ANA: José Edil Bededito (jose.edil@ana.gov.br)

6.Ministério da Saúde: Sebastiana Aparecida da Silva (sebastiana.a.silva@funasa.gov.br)

7.Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (christofidis@unb.br)

8.Ministério de Minas e Energia: Zaira Rocha de Novais Coêlho (zaira.coelho@mme.gov.br)

9.Ministério das Cidades: AUSENTE

10.Conselho Estadual – Goiás e Distrito Federal: Maria do Céu B. De Oliveira (marbaol@hotmail.com)

11.Conselho Estadual – Paraná e Mato Grosso: AUSENTE

12.Conselho Estadual – Ceará e Bahia: AUSENTE

13.Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Luíza Cristina Krau de Oliveira, (lckrau@furnas.com.br)

14.Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Regina Greco (regreco@uol.com.br)

15.Organizações Técnicas: AUSENTE

16.Organizações de Ensino e Pesquisa: AUSENTE

17.Organizações Não-Governamentais: Nelson Luiz Wendel (nelsonwendel@estadao.com.br)

CONVIDADOS:

1.José Guilherme de Carvalho (guilherme@use.com.br)

2.Antonio Francisco E. Souza (antoniofes@directnet.com.br)

3.Sergio Paiva Sampaio (sergiosampaio@caesb.df.gov.br)

4.Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior (jader.junior@integracao.gov.br)

RELATORIA:

Rogério Barion (rogerio.barion@mma.gov.br); fone: 4009-1007

ASSUNTOS DISCUTIDOS: Item 1 – Abertura: Houve abertura pelo Sr. Presidente da Câmara Técnica, Sr. Demetrios Christofidis. **Item 2:** Apresentação de novos participantes/membros: O Sr. Demetrios Christofidis observou a presença de quorum. Os novos participantes foram apresentados, passando ao próximo item da pauta. O Sr. Demetrios Christofidis agradeceu a presença do Sr. José Guilherme, que faria a apresentação. Agradeceu também a presença da Sra. Zaira Rocha de Novais Coêlho - Ministério de Minas e Energia, e do Vice Presidente do CEIVAP, Sr. Antonio Francisco Evangelista de Souza. Lembrou que a CTCT pretende fazer a próxima reunião no final de Janeiro de 2005, havendo feito contato com duas pessoas; Sr. Tucci e Professor Oscar Cordeiro Netto que elaboraram um documento denominado Diretrizes Estratégicas para Ciência e Tecnologia em Recursos Hídricos no Brasil, em duas publicações, na ABRH e REGA. Informou também que outra

53 pessoa que será convidada será o Sr. Almir Cirillo da Universidade de Pernambuco, presidente do
54 CTHIDRO com a proposta de explicar o que está sendo feito e qual será o cenário futuro. Com isto
55 iniciariamos o próximo ano com um trabalho mais efetivo no campo da Ciência e Tecnologia. O Sr.
56 Demetrios Christofidis solicitou que o Sr. José Edil Benedito, a presidir a CTCT nesta reunião pois
57 teria que viajar a São Luiz do Maranhão para substituir o Sr. Secretário de Infra Estrutura Hídrica
58 Sr. Hyperides Pereira de Macedo em uma “mesa redonda” no Simpósio de Recursos Hídricos do
59 Nordeste. Anunciou a grata satisfação de entregar os CD’s da Oficina de Trabalho de Uso Eficiente
60 que foi realizada em São Paulo. O Sr. José Edil Benedito sentou-se à mesa para presidir a reunião e
61 apresentou-se. **Item 3** - Aprovação da Ata da 30ª reunião da CTCT: A Ata foi lida, feita as devidas
62 modificações e aprovada. **Item 4** - Apresentação 1: Sr. José Guilherme de Carvalho - USE –
63 Ultraflux Serviços e Equipamentos. Aplicação de Tecnologia Ultra-sônica para medição e controle
64 em recursos hídricos. O Sr. José Guilherme de Carvalho agradeceu o convite e a oportunidade de
65 divulgar essa tecnologia, informando que essa tecnologia está a quinze anos no Brasil. Iniciou
66 explicando a aplicação da tecnologia e suas variações. Após a apresentação houveram algumas
67 perguntas e debates técnicos. O próximo item da pauta seria a apresentação do Dr. Marcos Untura,
68 “A Crenologia e relações com propriedades terapêuticas da água”; suporte para elaboração de
69 MOÇÃO às instituições de interesse por parte da CTCT, ficando todavia impossibilitado de
70 comparecer. O item seguinte da pauta seriam os debates sobre a proposta de resolução de reúso não
71 potável de água. O Sr. José Edil Benedito solicitou uma apresentação pelo relator Rogério Barion
72 sobre a situação atual e os encaminhamentos da proposta de resolução de reúso não potável de
73 água. Ele iniciou explicando que a mesma foi encaminhada duas vezes para a CTIL e que dessas
74 reuniões surgiram muitas propostas apesar de existir resistência por parte de alguns segmentos.
75 Após essas reuniões o GT Reúso decidiu encaminhar dois ofícios. Um para a Câmara Técnica de
76 Águas Subterrâneas e outro para a Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de
77 Outorga e Ações Reguladoras. O Sr. Rogério Barion explanou então que a CTAS respondeu o
78 ofício, que estava anexado aos documentos enviados aos membros. Nesse ofício foi solicitado a
79 retirada do Inciso VI do Artigo 3º, manifestando-se portanto contraria ao reúso para fins de recarga
80 artificial de aquíferos e recarga de aquíferos com água de reúso de forma induzida, sugerindo então
81 a supressão deste inciso, considerando que a recarga artificial de aquíferos com água de reúso direto
82 não-potável, altera a qualidade das águas subterrâneas, prática que não é permitida pela legislação
83 vigente (Art. 19 da CONAMA 20/86). Explicou também que a decisão do GT foi atender a essa
84 solicitação e alertar a CTAS que a nova resolução CONAMA 20, no artigo 29 dispõe que “*A*
85 *disposição de efluentes no solo, mesmo tratados, não poderá causar poluição ou contaminação*
86 *das águas*”, sugerindo então que a CTAS delibere sobre isso. Quanto ao ofício encaminhado para a
87 CTPOAR, explicou que a Câmara solicitou um prazo até janeiro de 2005 para responder ao ofício
88 número 74/2004/CTCT/CNRH/MMA, da CTCT pois o assunto gerou muitos debates, sendo esse
89 prazo essencial para dar uma resposta consubstanciada. A Sra. Luíza Cristina Krau de Oliveira -
90 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica, afirmou que tem escutado do segmento
91 industrial que a proposta de reúso tem sido considerada mais restritiva do que propositiva. O Sr.
92 José Edil Benedito confirmou essa afirmação mas informou que na gestão dele como Presidente, o
93 segmento industrial tornou-se omissso nesse processo, lembrando que ele alertou isso em outra
94 oportunidade, que a proposta leva em consideração também a saúde pública. Lembrou também não
95 ser válida a hipótese de emissão de outorga para volumes de água de reúso que possam transpor
96 bacias, pois esses volumes são muito pequenos. A Sra. Maria do Céu de Oliveira - Conselho
97 Estadual de Recursos Hídricos, Goiás e Distrito Federal, pediu a palavra e expôs que algumas
98 empresas estão vendendo equipamentos de tratamento de esgoto e, em determinado
99 empreendimento, estão tentando “autorização”, sendo impedida essa autorização pois constatou-se
100 que esse tipo de tratamento não dispunha de tratamento terciário sendo que a água descartada iria
101 para o Lago Paranoá. Esse empreendimento teve então o projeto modificado com substituição da
102 empresa fornecedora de equipamentos por outra que incluísse o tratamento terciário no processo,
103 direcionando essa água para reúso em sanitários. A Sra. Maria do Céu de Oliveira afirmou então
104 que não tem em que basear-se tecnicamente para dar autorização, sugerindo convidar uma das

105 empresas que implantou os equipamentos, a vir fazer uma apresentação na CTCT. O Sr. José Edil
106 Benedito afirmou que esse assunto poderia ser encaminhado para a Agência de Águas do D.F.,
107 pois, após instalado o empreendimento a responsabilidade seria deles. O Sr. Rogério Barion
108 explicou que no Workshop interno sobre reúso, realizado na ANA, houve uma apresentação pelo
109 Sr. Pedro Mancuso onde ele afirmou que foi Consultor do empreendimento “Hopy Hari” onde
110 100% da água é reciclada e reutilizada tanto para irrigação como para uso em descargas sanitárias.
111 Sugeriu então que entrasse em contato com aquele profissional que seria a pessoa indicada a dar
112 contribuições sobre o assunto. O Sr. José Edil Benedito explanou que em geral a prática e a
113 engenharia andam à frente da norma, não podemos ficar então tentando resolver problemas de
114 imediato quando temos outros problemas, que é fazer avançar nas reuniões da CTCT o conceito e a
115 idéia de que isso precisa ser normatizado; o incentivo das normas e das práticas. Deu um exemplo
116 da ocasião em que ele foi vice diretor do CONAMA onde foi discutido licenciamento ambiental
117 mais de dois anos e, quando concluída a resolução de licenciamento, imediatamente foi preciso
118 fazer uma resolução complementar sobre perímetros irrigados pois haviam outras características
119 que não cabiam dentro daquela resolução. O Sr. Nelson Luiz Wendel explicou que existe um
120 sistema de tratamento denominado Flat Flux que está causando preocupações, dando o exemplo de
121 São Paulo onde esse sistema está embargado, sendo um sistema de decantação com o princípio de
122 tratar a água no próprio rio, dizendo ele considerar um sistema questionável. Nenhum desses
123 sistemas foi submetido ao EIA RIMA, levantando a questão, se esse efluente que origina-se desse
124 sistema, não seria água de reúso. Afirmou então que esse sistema, de tratamento do rio, no próprio
125 rio, poderia ser uma tendência de transformar o rio numa “vala de esgoto”, pois, pelas afirmações
126 de que a eficiência é maior, estimularia o tratamento diretamente. Sugeriu ainda convidar essa
127 empresa para fazer uma apresentação. A Sra. Luíza Cristina Krau de Oliveira disse não entender
128 como algumas licenças não são fornecidas para algumas estações de tratamento de esgoto
129 permitindo assim que esgoto bruto seja lançado no rio, considerando isso uma disposição muito
130 difícil de ser entendida. Continuou dizendo que somos um país com poucos recursos e apesar disso
131 cria-se dificuldades para o tratamento terciário indo-se “atrás” do “ótimo” e como consequência
132 nem o “bom” é executado e o esgoto continua sendo disposto nos rios. O Sr. José Edil Benedito
133 disse que cada caso é um caso e que o tratamento de resíduos e esgotos está no âmbito de outras
134 instituições, sendo que a temática para esta Câmara precisa ser melhor compreendida, lembrando
135 que uma discussão que está na agenda nacional é a micro medição pois é um problema do dia a dia.
136 Explicou que houve um Seminário na Agência Nacional de Águas sobre medição individualizada
137 de água em apartamentos afirmando que existe projeto de Lei tramitando no Congresso. Sendo um
138 tema tecnológico, o CNRH poderia dar um passo adiante propondo que a medição individualizada
139 é um método eficiente para reduzir o consumo de água e aumentar a eficiência. Lembrou ainda que
140 o IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, está ocorrendo uma discussão truncada
141 sobre o sistema pré pago, pois é um problema tecnológico e ainda tem aspectos humanos nessa
142 situação. Outro assunto que a Câmara não conseguiu avançar foi o problema de equipamentos de
143 medição e monitoramento em que ainda existe um vazio de discussões, lembrou que outro tema
144 para discussão poderia ser a nano tecnologia para recursos hídricos onde vem surgindo uma série de
145 inovações com repercussões e impactos quanto à qualidade de água, tratamento, membranas de
146 carbono, etc. São assuntos que devemos nos preocupar. Lembrou que a CTCT teve duas moções
147 aprovadas no plenário do CNRH mas até hoje não teve aprovada uma resolução. Foi lembrado que
148 o Sr. Marcos Untura não viria. O Sr. Rogério Barion explicou então o motivo do convite ao Sr.
149 Marcos Untura. Lembrou que a matéria de Crenologia foi retirada dos cursos superiores no ano de
150 1959. A proposta então seria trazer conhecimentos sobre crenologia para os membros da CTCT
151 basearem-se tecnicamente no assunto e fazer uma proposta de moção do CNRH para o Conselho
152 Regional de Medicina e Ministério da Educação sugerindo que essa matéria volte a ser ministrada
153 nos cursos superiores criando um vínculo que valorize esses recursos e uma cultura de preservação
154 dessas fontes de águas. O Sr. Nelson Wendel lembrou do Decreto que foi aprovado que refere-se ao
155 pagamento das despesas de viagem e estadia para as Organizações não Governamentais e
156 Instituições de ensino e pesquisa para as reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,

157 afirmando que com essa medida o Conselho ganhará mais contribuições e mais credibilidade.
158 Deixou então seus agradecimentos aos que se empenharam nisso. Explanou ainda sobre o assunto
159 da transposição do rio São Francisco, destacou que as ONG's agiram conjuntamente no caso,
160 referindo-se à 15ª reunião extraordinária do CNRH do dia 30 de novembro de 2004, colaborando na
161 solicitação de emissão da liminar que impediu a realização da referida reunião. Distribuiu então
162 cópias da liminar aos presentes. A Sra Regina Greco afirmou que nessa reunião, ela teria sido
163 informada por telefone que os funcionários de governo seriam repreendidos caso não votassem a
164 favor da transposição. Essa afirmação foi contrariada em sua totalidade pelos presentes. O Sr. José
165 Edil Benedito solicitou fazer uma observação sobre esse assunto, explanando: O servidor é um
166 empregado do Estado, tendo que deliberar em determinadas situações. Primeiro tecnicamente,
167 assumindo ao mesmo tempo a figura de estado e a figura de governo. Como figura de governo o
168 funcionário público deve orientação funcional à orientação superior. Se um funcionário for a
169 qualquer uma dessas reuniões com uma orientação de governo, por possuir cargo de confiança, ele
170 está dentro do padrão da normalidade exigida que é a obediência ao ordenamento político
171 institucional colocado. Se ele for como técnico ou como agente do Estado, só pura e unicamente
172 investido nessa função, ele emite a opinião técnica e de Estado que ele deve emitir. Para isso o
173 Estado garante a estabilidade no emprego. Temos que diferenciar isto e entender esse processo
174 melhor. Afirmou que ele pessoalmente já foi a reuniões em que pensava diferente do voto que iria
175 proferir e manifestou que por dever de ofício posicionou-se pelo que havia sido ordenado. A Sra.
176 Luíza Cristina explicou que no CNRH algumas vezes pode ocorrer pouca representatividade, pelo
177 fato da participação descentralizada que tem o Conselho, porque, para a pessoa que está
178 representando aquele segmento pode ocorrer não saber qual é o posicionamento do segmento.
179 Salientou que ela trabalha num segmento extremamente organizado lembrando que após retornar
180 das reuniões em Brasília, faz um relatório e distribui por todas as concessionárias de energia
181 elétrica do Brasil. Salientou que antes de vir à próxima reunião da Câmara Técnica, ela não tem
182 retorno dos relatórios e sobre como ela deve votar determinados assuntos. O Sr. Antonio Francisco
183 Evangelista de Souza explanou que existe uma grande complexidade nesse assunto pois o
184 Conselheiro tem que decidir por várias situações regionais tendo que ter visão mais ampla que o
185 Conselheiro sendo um conjunto de ações onde em determinado ponto haverá uma decisão, isso é
186 democracia e tem que ser respeitado. Essa complexidade começará a existir no Plano Nacional de
187 Recursos Hídricos. O Sr. José Edil Benedito lembrou que outra complexidade é o reconhecimento
188 de que sem essa instância não há projeto. Deve-se respeitar portanto a esfera legal e o regime legal
189 instituído, sendo também um sinal de respeito ao CNRH transferir essas votações. Não havendo
190 nada mais a ser debatido sobre esse assunto e pelo fato da não presença do GT reúso, o item 8 da
191 pauta, *Debates sobre a proposta de Resolução de reúso não potável de água*, foi retirado
192 encerrando-se a reunião às 13:00 horas do dia 01 de dezembro de 2004.

193

194

195 Ata aprovada na 32ª reunião realizada no dia 20/01/2005.

196

197

DEMETRIOS CHRISTOFIDIS
Presidente

ROGÉRIO BARION
Relator

198

199